Tribunal da Relação de Lisboa
Processo nº 2259/2007-3

Relator: CARLOS DE SOUSA

Sessão: 21 Março 2007

Número: RL

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: RECURSO PENAL

Decisão: PROVIDO

REENVIO SUCESSÃO DE LEIS NO TEMPO

TRIBUNAL COMPETENTE

Sumário

I - O actual art. 426.º-A, do CPP - introduzido pela Lei 59/98, de 25/08 - é aplicável aos processos iniciados anteriormente à entrada em vigor desta mesma Lei.

II - Assim, decretado em finais de 2003 o reenvio de um processo iniciado em 1997, é da competência do tribunal singular o novo julgamento para apuramento dos factos imputados ao arguido, susceptíveis de integrarem a prática de um crime p. p. pelo art. 137.º, n.º 1, do CP.

III - O julgamento perante tribunal singular - em vez do colectivo, conforme previsto na primitiva redacção do art. 431.º, do CPP - não constitui, em princípio, um agravamento da situação processual do arguido.

IV - Na verdade, com a aplicação da lei nova, sendo o arguido julgado perante tribunal singular, pode dispor, igualmente, de um grau de recurso para o Tribunal da Relação, sendo certo que, para além da impugnação da matéria de direito, poderá ver reapreciada a matéria de facto (art. 428.º, do CPP), o que lhe estaria vedado num eventual recurso directo para o Supremo caso o julgamento fosse realizado pelo tribunal colectivo, ao abrigo da anterior lei.

Texto Integral

Acordam em conferência no Tribunal da Relação de Lisboa:

I - A) No presente processo comum (*juiz singular*) nº 271/97.8TASNT (inicialmente) distribuído ao 1º Juízo Criminal do T.J. da comarca de Sintra,

por sentença de 24/03/2003, foi decidido: julgar extinta, por prescrição, a responsabilidade contra-ordenacional dos arguidos; julgar procedente a excepção de prescrição invocada pela *interveniente* Companhia de Seguros Mundial Confiança, SA, absolvendo-a do pedido cível; absolver os arguidos (F), (T), (L), (J), (A) e (C), da prática, em co-autoria, de um crime de homicídio negligente, p. e p. pelo artº 137º, nº 1 do Código Penal, de que vinham acusados; e julgar totalmente improcedente o pedido de indemnização civil deduzido por (JV) e (SC), dele absolvendo os demandados.

Dessa sentença foi interposto recurso para a Relação de Lisboa pelos assistentes, (JV) e (SC), apenas na parte concernente à *absolvição* dos arguidos (T), (J) e (A);

Sendo que, por acórdão desta Relação de Lisboa (5ª Secção), de 18/11/2003 (cfr. fls. 1867 e segs.), foi decidido:

- Declarar, quanto à parte cível, a sentença inexistente relativamente aos arguidos (F), (L) e (T);

- Rectificar a matéria de facto constante do supra indicado ponto 25, substituindo o termo *empreiteiro* constante desse ponto pelos dizeres *dona da obra*;

- *Reenviar o processo para novo julgamento* relativamente aos arguidos/ recorridos, ou sejam, (A), (J) e (T), “ *tendo-se em conta, além do mais considerado provado não atinente aos supra indicados vícios e à assinalada contradição, o mencionado nas preditas alíneas a) a e), atendendo-se, no que tange ao tribunal competente para proceder a esse julgamento, ao que se dispõe no artigo 426º-A do Código de Processo Trabalho (rectius, quis-se dizer C.P. Penal), não se conhecendo, assim, do objecto dos recursos*” (cfr. fls. 1887-1892).

B) Devolvidos os autos à 1ª instância, e em conformidade com a decisão proferida por esta Relação de Lisboa, foram os mesmos remetidos à distribuição pelos 2º ou 3º Juízos desse Tribunal Judicial da comarca de Sintra (cfr. fls. 1898).

Cabendo a *distribuição* (sorteio) ao 2º Juízo Criminal de Sintra (cfr. capa do 9º volume).

O Mmº Juiz (titular deste 2º Juízo) designou a audiência de julgamento, para 17/11/04 e, em caso de adiamento, para 27/01/05 (cfr. fls. 1902);

Só que, na véspera da realização da audiência (1ª data), proferiu o despacho de folhas 2023, no qual consignou o seguinte (como ora se transcreve):

« Compulsados os autos, verifica-se que no Acórdão da Relação de Lisboa, de fls. 1867 a 1892, é determinado o reenvio dos autos para novo julgamento, com base na contradição existente em sede de matéria de facto, o que constitui o fundamento previsto no art. 410º, nº 2, al. b) do Cód. Proc. Penal.

Os presentes autos tiveram início em 1997, na vigência da lei processual penal anterior à alteração introduzida pela Lei nº 59/98, de 25 de Agosto, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1999 (cfr. art. 10º, nº 1, da citada lei).

Nos termos do art. 426º do Cód. Proc. Penal, na redacção anterior à supra citada lei, sempre que, por existirem os vícios referidos nas alíneas do nº 2 do art. 410º, não for possível decidir da causa, o tribunal de recurso determina o reenvio do processo para novo julgamento, dispondo o art. 431º do mesmo Código, também na redacção anterior à supra citada lei, que quando a Relação decretar o reenvio do processo, o novo julgamento compete ao tribunal colectivo com jurisdição na área do tribunal recorrido.

Não obstante a lei processual penal ser de aplicação imediata (cfr. art. 5º, nº 1, do CPP), existe uma excepção, prevista no art. 5º, nº 2, al. a) do CPP, que impõe a sua não aplicação imediata aos processos iniciados anteriormente, quando possa resultar um agravamento sensível e ainda evitável da situação processual do arguido, nomeadamente uma limitação ao seu direito de defesa.

Assim sendo, resulta evidente que a lei processual penal aplicável terá que ser a anterior à alteração introduzida pela Lei nº 59/98, de 25 de Agosto, e não a que está actualmente em vigor, por aquela oferecer mais garantias de defesa ao arguido, não só pelo novo julgamento competir a um tribunal colectivo, como também pela possibilidade de recurso para o STJ.

Pelo exposto, declara-se a incompetência funcional deste Tribunal e determina-se que, após trânsito, sejam os autos remetidos às Varas Mistas por serem as competentes.

Ficam sem efeito as marcações designadas para julgamento. Notifique. (...) »

*

II - A) Inconformado com o despacho de fls. 2023, recorre o arguido (A) para esta Relação de Lisboa (inicialmente não admitido, veio a sê-lo, depois - cfr.

fls. 2079, após *reclamação* para o Ex.mo Presidente da Relação, o qual decidiu no sentido dessa admissão - com o que se concorda, aliás - cfr. fls. 25-26 do *apenso reclamação*), extraindo da sua motivação as seguintes conclusões (que também se transcrevem):

« 1º

A lei processual é de aplicação imediata aos processos pendentes (cf. artigo 5º, nº 1 C.P.P.).

2º

Logo, é aplicável ao processo *sub judice* o artigo 426º-A do Código de Processo Penal, na redacção que lhe foi dada pela Lei 59/98, de 25 de Agosto.

3º

Da aplicação da Lei 59/98, de 25 de Agosto, não resulta um agravamento da situação processual do arguido,

4º

nomeadamente, não constitui esse agravamento o julgamento em tribunal singular, porquanto não poderá a pena abstractamente aplicável ao arguido exceder os 5 anos,

5º

nem implica menor garantia de defesa a inerente exclusão da possibilidade de recurso para o S.T.J., pois o arguido sempre poderá recorrer para o Tribunal da Relação,

6º

o qual aliás lhe dá mais garantias de defesa já que tanto conhece de facto como conhece de direito e,

7º

em última análise, aplicar-se-á a lei antiga na parte que concede ao arguido o direito de recorrer para o Supremo Tribunal de Justiça, se fosse essa a sua opção, pois no âmbito do direito penal adjectivo não é forçosa a aplicação em bloco de um ou outro regime.

6º (*bis*)

Daqui decorre que, o caso em apreço, não preenche os requisitos da excepção do artigo 5º n.º 2 alínea a) do Código de Processo Penal.

7º (*bis*)

Logo, o tribunal *a quo* violou, por errada interpretação do artigo 5º n.º 2 alínea a) do C.P.P., o artigo 5º n.º 1 e o artigo 426º-A do mesmo C.P.P.

8º

Deve, sim, ser aplicada ao caso a Lei 59/98, de 25 de Agosto, que determina a competência funcional do tribunal singular, em caso de reenvio. para este julgamento.

Termos em que, revogando-se o despacho recorrido e, em consequência, determinando a competência funcional do tribunal singular, se fará a habitual

JUSTIÇA. »

*

B) Respondeu a digna magistrada do MºPº, formulando, por sua vez, as seguintes conclusões (que também transcrevemos):

« I- O presente recurso é delimitado pelas conclusões do recorrente.

II- Reporta-se a matéria de direito, e recorrendo de direito o recorrente cumpre o preceituado no art. 412º n.º 2 do CPP.

III- A questão que se coloca nos presentes autos prende-se com a sucessão de leis processuais penais no tempo.

IV- Uma lei vigora desde o momento temporal em que entra em vigor até ao momento temporal em que deixa de estar em vigor, tem um início e um termo de vigência formal.

V- Nos termos do art. 426º, na redacção dada pela lei 43/86, de 26 de Setembro, em caso de reenvio do processo para novo julgamento, nos termos do art. 431º do mesmo diploma legal, o reenvio era sempre feito para tribunal colectivo ou tribunal de júri.

VI- A Lei nº 59/98, de 25 de Agosto, introduziu alterações significativas a este regime, porquanto se consagra agora no art. 426º-A, que quando for determinado o reenvio do processo, o novo julgamento compete ao tribunal,

de categoria e composição idênticas às do tribunal que proferiu a decisão recorrida, que se encontrar mais próximo.

VII- Os presentes autos, iniciaram-se em 1997, na vigência da lei processual penal anterior à alteração introduzida pela Lei 59/98, de 25 de Agosto, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1999.

VIII- A regra “tempus regit actum”, formulada no nº 1 do art. 5º do Código de Processo Penal, conduz-nos a que os actos do processo criminal sejam regulados pela lei em vigor no momento da respectiva prática.

IX- Esta regra sofre as duas ordens de excepções constantes das alíneas a) e b) do nº 2, o haver um agravamento sensível da situação processual do arguido e a quebra da harmonia e unidade dos vários actos do processo.

X- In casu, para a não aplicação da lei nova foi invocado o facto de haver um agravamento sensível da situação processual do arguido.

XI- É ao julgador dentro do seu bom senso e ponderação casuística que compete analisar e ponderar os casos em que se possa verificar o aludido agravamento sensível da situação processual do arguido.

XII- Nos presentes autos, sendo o arguido, julgado por tribunal singular, fica a pena máxima que lhe é abstractamente aplicável limitada a cinco anos, limitação que não existe se o julgamento se realizar perante tribunal colectivo.

XIII- Sempre poderá o arguido recorrer da sentença para o Tribunal da Relação, nos termos do art. 427º do Código de Processo Penal.

XIV- Termos em que entende o Ministério Público assistir razão ao recorrente, pelo que devem os presentes autos ser julgados pelo tribunal singular, ao abrigo do disposto nos art. 5º nº 1 e 426º A do Código de Processo Penal.

Porém, V. Exas. , decidirão,

Conforme for de Justiça. »

*

C) Nesta Relação, a Ex.ma PGA deu o seu *parecer* no sentido do provimento do recurso do arguido (e tal como foi sustentado também na resposta do MºPº, na 1ª instância).

*

III - Colhidos os vistos, cumpre decidir, em conferência.

A única questão suscitada neste recurso é a de saber qual é o tribunal *competente* (tribunal singular ou colectivo) para efectuar o *novo julgamento*, no âmbito do *reenvio* determinado pelo supra citado acórdão da Relação de Lisboa, de 18 de Novembro de 2003 (fls. 1867-1892).

1. Como relatámos, o Mmº Juiz do 2º Juízo Criminal de Sintra, no despacho recorrido, afirma, em síntese, que os autos *sub judice* se iniciaram em 1997, i.e., na vigência da lei processual penal anterior à alteração introduzida pela Lei nº 59/98, de 25/8 - que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1999.

Muito embora a regra seja a da aplicação imediata da lei processual penal - cfr. artº 5º nº 1 do CPP - considera aquele Mmº Juiz que se está perante a *excepção* prevista no nº 2, alínea a) desse artº 5º do CPP.

Constata assim que, na anterior redacção do CPP, o artº 426º determinava o *reenvio para novo julgamento* e, ao abrigo do artº 431º, da mesma redacção, esse novo julgamento competia ao *tribunal colectivo*; enquanto com a *lei nova* - artº 426º-A do CPP, na redacção dada pela Lei nº 59/98, de 25 de Agosto - esse novo julgamento compete ao tribunal de categoria e composição idênticas às do tribunal que proferiu a decisão recorrida, que se encontrar mais próximo - no caso o *tribunal singular*.

Entende, em suma, que se está perante a aludida *excepção*, prevista no artº 5º, nº 2, alínea a), do CPP, por da aplicação da lei nova resultar *um agravamento sensível e ainda evitável da situação processual do arguido, nomeadamente uma limitação do seu direito de defesa*.

Em síntese, considera que aplicando-se a lei nova - novo julgamento perante juiz singular - o arguido só disporá de um grau de recurso, para a Relação, enquanto na anterior redacção, não só o novo julgamento se efectua perante tribunal colectivo, como poderá recorrer para o STJ (artº 432º al. d) do CPP).

E, por isso, declarou a *incompetência funcional* desse (2º) Juízo para conhecer do objecto da causa e determinou a remessa dos autos para as Varas Criminais, por as considerar competentes para conhecer da causa.

2. Entendemos, no entanto, que o ora recorrente tem razão, no essencial.

Aliás, a jurisprudência desta Relação de Lisboa vem sendo no sentido da aplicação das novas regras de competência fixadas no artigo 426º-A:

« I – No caso de reenvio de processo ordenado no domínio do CPP/87 e de o novo julgamento se efectuar na vigência do CPP/98, devem aplicar-se as novas regras de competência fixadas no artº 426º-A deste último diploma;

II – Assim, o novo julgamento compete ao tribunal de categoria e composição idênticas às do tribunal que proferiu a decisão recorrida, que se encontrar mais próximo, e será o que resultar da distribuição quando, como sucede no caso, na mesma comarca existirem mais de dois tribunais nessas condições. » - cfr. Acs. TRL, de 18/10/2000 e de 31/05/2000. [\[1\]](#)

3. Como os presentes autos se iniciaram em 1997, ou seja, na vigência da lei processual penal anterior à alteração introduzida pela Lei 59/98, de 25 de Agosto – que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1999 (artº 10º, nº 1) – coloca-se a questão de saber se se aplica a regra da *aplicação imediata* da lei nova – cfr. nº 1 do artº 5º do CPP – ou se estamos perante uma das excepções constantes das alíneas do nº 2 desse artigo 5º, mais concretamente a da al. a).

Consideramos que o Mmº Juiz *a quo* não tem razão e, por isso, deve ser revogado o seu despacho, como pede o ora recorrente.

Na verdade, vigora aqui a regra do nº 1 do artº 5º do Código de Processo Penal, a da aplicação imediata da lei processual penal.

Comenta Maia Gonçalves, no seu *Código de Processo Penal Anotado* (15ª edição – 2005):

“A regra *tempus regit actum*, formulada no nº 1, conduz-nos a que os actos do processo criminal sejam regulados pela lei em vigor no momento da respectiva prática.

Esta regra, porém, sofre as duas ordens de excepções constantes das als. a) e b) do nº 2.

Não define a lei o que se deve entender por *agravamento sensível da situação processual do arguido*, questão que fica para o prudente critério do julgador, que a deverá resolver casuisticamente. Caso claro será, por exemplo, o de uma lei nova, na vigência do processo, retirar o direito de recorrer; neste caso, o direito de recorrer continuará a reger-se pela lei antiga. De notar, porém, que em tudo o mais que não represente agravamento da situação do arguido se aplica a nova lei, não sendo aqui, como no direito substantivo, necessário optar, em bloco, por um ou outro dos regimes.” – v. pág. 66.

Como alega o digno magistrado do M^oP^o (na resposta), citando Simas Santos e Leal-Henriques (*in Código de Processo Penal Anotado*, pág. 84):

“Pela nossa parte cuidamos que o agravamento sensível reflecte um sentido simultaneamente quantitativo e qualitativo, querendo insinuar agravamento palpável, significativo, importante, com repercussão na esfera jurídica processual do arguido.”

Ao invés, o julgamento perante *tribunal singular* não constitui, em princípio, um *agravamento da situação processual do arguido*.

Desde logo, a pena máxima que lhe é abstractamente aplicável fica limitada a cinco anos de prisão – o que não ocorre perante o *tribunal colectivo*, como é sabido.

Por outra via, a possibilidade de recurso não é precluída com a aplicação da *lei nova*, já que o arguido poderá recorrer para o Tribunal da Relação – cfr. art^o 427^o do CPP.

É certo que, hoje em dia, da decisão do tribunal colectivo também cabe, na maioria dos casos, recurso para o Tribunal da Relação.

Contudo, a aplicarem-se as regras da lei antiga, sendo o arguido julgado perante tribunal colectivo, só poderia dispor de um grau de recurso, porquanto, com aquela lei, por regra, recorria-se directamente para o STJ (cfr. art^o 432^o al. *d*) do CPP).

Note-se que, nesse caso, só era possível (como agora) apreciar a matéria de direito e quando muito, poderia invocar os vícios do n^o 2 do art^o 410^o do CPP, mas não poderia impugnar directamente a matéria de facto.

Ora, com a aplicação imediata da lei nova, sendo o arguido julgado perante tribunal singular, pode dispor, igualmente, de um grau de recurso, para o Tribunal da Relação, sendo certo que, para além da impugnação da matéria de direito, poderá ver reapreciada a matéria de facto (art^o 428^o, n^o 1 do CPP).

Em suma, tal como refere o arguido/recorrente, não vemos que, com a aplicação da *lei nova* haja qualquer limitação do direito de defesa do arguido, em virtude de o novo julgamento ocorrer perante tribunal singular. Pelo contrário, parece mais gravosa a possibilidade de o arguido ser julgado perante o tribunal colectivo (com as regras então vigentes).

*

IV - Decisão:

Nos termos expostos, acordam em dar provimento ao recurso, pelo que se decide revogar o despacho recorrido e, em consequência, determina-se a competência funcional do *tribunal singular* - no presente caso, e em cumprimento do decidido no Acórdão da Relação de Lisboa, de 18/11/03 (a fls. 1867-1892 destes autos), para o *novo julgamento*, no âmbito do *reenvio* aí determinado (artº 426º-A do CPP, na red. Lei 59/98, de 25/8), é o que resulta da distribuição já efectuada: é competente, no caso, o 2º Juízo Criminal do T. J. da Comarca de Sintra.

Sem custas.

Lisboa, 21 de Março de 2007.

(Carlos de Sousa - relator)

(Mário Manuel Vargês Gomes)

(Maria Teresa Féria de Almeida)

[1] Sumário in <http://www.pgdlisboa.pt>.